



O “LUGAR” DO FEMINISMO NEGRO, DECOLONIAL, NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA (PNLD 2018)

THE “PLACE” OF BLACK, DECOLONIAL FEMINISM IN SOCIOLOGY TEXTBOOKS (PNLD 2018)

Resumo

O presente trabalho possui a proposta de analisar dois livros didáticos de Sociologia aprovados no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD 2018)¹, à luz do feminismo negro decolonial. A perspectiva, nesse sentido, é observar como o tema feminismo negro é apresentado nos livros do PNLD 2018: “Sociologia para Jovens do Século XXI” e “Sociologia em Movimento”. As referidas obras foram escolhidas tendo como princípio o fato de disporem de capítulos específicos sobre a questão de gênero e mais especificamente sobre o feminismo. Para isso, um estudo sobre os sentidos do feminismo negro decolonial foi realizado, tendo como parâmetro algumas autoras que estudaram a fundo a temática como a Françoise Vergés, Lélia Gonzalez, Davis, María Lugones e Djamila Ribeiro, além de outras referências. No que se referem aos estudos sobre os manuais didáticos e sua representação social, os autores Maia, Engerhoff, Meucci, Melo e Bodart embasaram o estudo. A metodologia utilizada é uma análise crítica. Observou-se que embora a temática sobre o “feminismo negro decolonial” esteja presente nas duas obras estudadas, constatou-se que o livro “Sociologia para jovens do século XXI”, apesar de apresentar dois capítulos o feminismo negro é evidenciada, mas não contextualizada com o restante do conteúdo. Já o livro “Sociologia em Movimento” apresenta o sobre as questões de

Anabelle Santos Lages

Bolsista de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFAL; Doutora em Sociologia- UFMG
anabellelages@yahoo.com.br

Fabiana Alves de Oliveira Gomes,

Professora de Sociologia SEDUC-AL; Mestranda em Sociologia- UFAL
E-mail: fabinhaalvesgomes@hotmail.com

Caio dos Santos

Tavares Professor de Sociologia SEDUC-CE; Mestrando em Sociologia- UFAL
E-mail: caiotavares@hotmail.com

¹Apesar de o último PNLD ter sido reformulado em 2018 e para utilização até 2020, os livros didáticos continuaram sendo usados até 2022 devido ao período pandêmico.

gênero, a temática sobre feminismo negro numa perspectiva decolonial e de forma mais contextualizada, mostrando, inclusive, a interseccionalidade como um conceito importante para esses estudos.

Palavras-chaves: Feminismo Negro e Decolonial. Livros didáticos. Ensino de Sociologia.

Abstract

The present work proposes to analyze two sociology textbooks approved in the National Textbook Plan (PNLD 2018), in the light of decolonial black feminism. The perspective, in this sense, is to observe how the theme of black feminism is presented in the PNLD 2018 books: "Sociology for 21st Century Youth and "Sociology in Movement". These works were chosen based on the fact that they have specific chapters on the issue of gender and more specifically on feminism. For this, a study on the meanings of decolonial black feminism was carried out, having as a parameter some authors who have studied the theme in depth, such as Françoise Vergés, Lélia Gonzalez, Davis, María Lugones and Djamila Ribeiro, in addition to other references. With regard to studies on textbooks and their social representation, the authors Maia, Engeroff, Meucci, Melo and Bodart supported the study. The methodology used is a critical analysis. It was observed that although the theme about "decolonial black feminism" is present in the two works studied, it was found that the book "Sociology for young people of the 21st century", despite presenting two chapters on gender issues, the theme on black feminism is highlighted but not contextualized with the rest of the content. The book "Sociology in Movement" presents black feminism in a decolonial perspective and in a more contextualized way, even showing intersectionality as an important concept for these studies.

Keywords: Black and Decolonial Feminism. Didactic books. Teaching Sociology.

Introdução

Nos últimos tempos, ocorreram grandes mudanças na construção e na conjuntura educacional brasileira. Um exemplo claro dessas transformações foi a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)² que acaba por retirar a obrigatoriedade do ensino de sociologia no Brasil.

Embora esse seja um fato já vivenciado na prática nas escolas por todo país, foi notório que a partir da segunda metade dos anos 2000, tem ocorrido uma sistematização e difusão de pesquisas na área do ensino de sociologia e essas discussões vêm ganhando mais espaço também entre a comunidade científica (BODART, 2019).

Os livros didáticos são instrumentos de ensino largamente utilizados nas salas de aula e muitas vezes se tornam o guia único de muitos docentes (MOCELIN, 2021). Nesse sentido, compreender como determinados conteúdos estão apresentados nesses livros, contribuindo com a formação escolar de milhares de estudantes, torna-se de sobremaneira relevante.

Algumas temáticas desenvolvidas no seio da educação básica podem possibilitar a formação ou a desmistificação de determinados conceitos empregados de forma errônea. O livro didático sendo um meio importante de acesso ao conhecimento pode fomentar ou fundamentar tais discussões.

A escola e a sala de aula como espaços que podem contribuir com a autonomia do estudante possibilitando que estes tenham acesso a conteúdos diversos que contemplem o combate às desigualdades sociais como a questão de gênero pode ser uma força motriz na prática educacional (CASTRO, 2019).

O objetivo deste artigo é analisar como o feminismo negro decolonial estava sendo apresentado nos livros didáticos de sociologia, “Sociologia para Jovens do Século XXI” e “Sociologia em Movimento”, observando dentre outros aspectos, qual o espaço dado à temática, quais as referências utilizadas pelos autores a fim de demonstrar a importância desse tema que tem ultrapassado a esfera tradicional de discussão alcançando amplamente as redes sociais e outras mídias.

² Em 2017, a reforma do ensino médio, sancionada pela Lei 13.415, alterou a estrutura desse nível de ensino e, entre outras coisas, retirou a obrigatoriedade da Sociologia (e também da Filosofia) como disciplina componente de sua grade curricular.

Seria uma inverdade dizer a inexistência de abordagens sobre gênero e raça nos livros didáticos. Castro (2019), por exemplo, realizou uma análise em todas as cinco obras aprovadas pelo PNLD 2018³ destacando a importância de se discutir gênero em sala de aula, Pereira (2019) que analisou o livro “Sociologia para Jovens do Século XXI” sob uma perspectiva também decolonial.

A pesquisa aqui realizada se difere, no sentido de realizar uma análise comparativa entre duas obras do PNLD e observar como o tema feminismo negro está sendo abordado nos livros “Sociologia para Jovens do Século XXI” e “Sociologia em Movimento”. Importante destacar que as obras foram escolhidas tendo como princípio o fato de possuírem capítulos específicos sobre a questão de gênero e mais especificamente sobre o feminismo. Outra diferenciação se deve ao fato de as discussões desenvolvidas, se referirem especificamente à questão do feminismo negro decolonial e não sobre as questões de gênero de maneira mais abrangente.

Deseja-se então responder, qual seria o “lugar”⁴ do feminismo negro decolonial nos livros didáticos. A metodologia se baseou numa pesquisa exploratória através de uma análise crítica de todo conteúdo disposto nos livros didáticos sobre o referido tema.

O artigo está dividido em três partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, traremos alguns apontamentos sobre o uso do livro didático e as relações com a questão de gênero, mais especificamente sobre o feminismo negro decolonial. Na segunda parte, será realizada uma breve contextualização sobre o feminismo negro decolonial a fim compreender a importância e a relevância da temática para o ensino da sociologia. Na última parte, procuraremos demonstrar o lugar do feminismo negro decolonial nas duas obras escolhidas, bem como a metodologia utilizada para embasar o nosso estudo.

³As cinco obras são: “Sociologia para jovens do século XXI” de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Cesar Rocha da Costa (Editora: Imperial Novo Milênio - 4ª EDIÇÃO - 2016); “Sociologia em Movimento” Silva, et.al (Editora: Moderna - 2ª EDIÇÃO – 2016); “Sociologia Hoje” de Celso Rocha de Barros, Henrique Amorim e Igor José de Renó Machado (Editora Ática - 2ª EDIÇÃO – 2016); Tempos Modernos, Tempos de Sociologia de Bianca Freire-Medeiros, Helena Bomeny, Julia O'donnell e Raquel Balmant Emerique (Editora Do Brasil - 3ª EDIÇÃO – 2016) e; “Sociologia” de Benilde Lenzi Motim, Maria Aparecida Bridi, Silvia Maria De Araújo (Editora Scipione - 2ª EDIÇÃO – 2016).

⁴ O termo “lugar” aqui utilizado é uma alusão à obra de Djamila Ribeiro, filósofa e feminista negra: “O que é lugar de fala?” (2017).

Quando nos referimos ao termo “lugar”, dizemos sobre a posição do referido conteúdo, destacando a quantidade de referências utilizadas e a importância que se dá ao movimento, além da utilização de outros recursos pedagógicos no decorrer do livro didático que façam referência ao feminismo negro decolonial. O lugar mostra também não participação de determinadas vozes que construíram a história ao longo do tempo, mas que foram esquecidas nesse percurso (RIBEIRO, 2017).

Em síntese, pretendemos compreender como a temática tem sido sistematizada nos manuais didáticos, observando quais os recursos utilizados para a demonstração do tema, bem como a bibliografia utilizada. Importantes características a serem evidenciadas nesse contexto.

Para tanto, a compreensão sobre o tema de forma mais aprofundada através de uma visão história será apresentada no tópico abaixo no sentido de evidenciar os pressupostos teóricos da temática.

2 – O feminismo negro, decolonial e as marcas da colonialidade

A colonização deixou marcas por onde passou não somente nas questões geográficas de dominação, mas também, e de maneira expressiva e violenta, modificou as estruturas sociais e culturais dos povos colonizados.

Esse modelo colonizador europeu sempre se baseou nos pressupostos relativos à superioridade branca e ao homem civilizado. Porém, essa missão civilizatória dos povos colonizadores se resumia a uma máscara eufemística onde na realidade o que produziam era uma exploração brutal, controle reprodutivo e terror sistemático (LUGONES, 2014).

O colonialismo (derivado do termo colônia) conseguiu o feito de inventar uma arma poderosa de manipulação que foi a categoria cultural onde ele ocupou os espaços e acabou intervindo e modificando a cultura dos povos com esse intuito civilizador, sendo que a dominação sempre foi o pressuposto básico de sua atuação (GONÇALVES, RIBEIRO, 2018). Todos esses caminhos pelos quais os colonizados passaram, foram condições cruciais para o desenvolvimento do chamado pensamento pós-colonial ou decolonial ou descolonial como têm sido referidos em variados escritos (BALLESTRIN, 2013). Essas perspectivas então seriam as mordanças quebradas de toda fala sufocada e sofrida de todos os tempos. Teria então

o racismo, desempenhado um papel fundamental nessa internalização da superioridade do colonizador aos colonizados (GONZALEZ, 1988c).

Segundo Gonzalez,

[...] o racismo é uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado de acordo com os interesses dos que dele se beneficiam (GONZALEZ, 1988a, p. 405).

É através dessa perspectiva que Gonzalez (1988b) traça um paralelo sobre as semelhanças entre o racismo e o feminismo, evidenciando que ambos partem das diferenças biológicas para estabelecerem ideias de dominação.

Por conta de todo esse processo de colonização em nossa sociedade, a colonialidade se desenvolve no sentido de que as diferenças sociais e culturais permaneceram ao longo do tempo, mesmo após a descolonização histórica formal. Esse termo, desenvolvido inicialmente por Anibal Quijano, pressupõe um sistema de poder ligado diretamente aos aspectos desenvolvidos na modernidade (LUGONES, 2014).

Entende-se que a colonialidade se caracteriza por estar atrelada a questões mais profundas e enraizadas na dominação da sociedade colonizada, visto que se refere a questões de poder e hegemonia de um povo que se considera “superior” e que acaba subalternizando os demais considerados inferiores (QUIJANO, 2005).

Lugones (2014) destaca ainda outra categoria que é a “colonialidade de gênero”. Essa categorização passou a ser destaque em seus escritos a partir da aproximação com as teorias de Mingnolo e Quijano e com suas primeiras epistemologias decoloniais, nas quais destaca a intersecção entre as categorias de raça, gênero e colonialidade (GONÇALVES; RIBEIRO, 2018).

A colonialidade de gênero possibilita compreender a violência e opressão a partir de uma sistemática que envolve questões econômicas e raciais onde cada pessoa deve ser vista, mediante o “encontro colonial” como um ser atuante, dotado de sua historicidade e devidamente caracterizado, sem estereótipos (LUGONES, 2014).

A partir dessa perspectiva, critica os movimentos feministas hegemônicos pelo fato de universalizar o feminismo, ou seja, não observar as características e peculiaridades das mulheres e de suas identidades diversificadas, observando

apenas a questão biológica (masculino e feminino). Centra-se assim, na reivindicação de que há intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero (LUGONES, 2014; COLLINS, 2019). É preciso, nesse sentido, observar as marcas da colonização presentes no percurso dessas mulheres.

Todos os pressupostos evidenciados sobre as marcas da colonização demonstram que nenhum grupo das sociedades colonizadas se livrou do jugo do colonizador e as mulheres acabaram sofrendo dupla discriminação: sexual e biológica. No entanto, as mulheres negras sofrem ainda um terceiro tipo de discriminação: a racial; fato que por muito tempo se manteve esquecido e omitido (GONZALEZ, 1988b; COLLINS, 2019).

A omissão da questão racial no que diz respeito aos estudos feministas ao longo do tempo, foi um fator determinado, sobretudo, pelo lugar de fala, ou seja, pela possibilidade de falar e ser ouvida. Segundo Ribeiro (2019), esse lugar de fala, caso as mulheres negras o possuíssem há mais tempo, (o que ainda hoje é uma dificuldade) possibilitaria a demonstração de que as lutas e resistências dessas mulheres sempre ocorreram e que o problema necessariamente seria essa falta de visibilidade. Davis (2016) acentua essa discussão no sentido de elucidar esse esquecimento das mulheres negras em diversas questões e em especial no âmbito trabalhista.

O movimento feminista desde os seus primórdios, foi de suma importância para a consolidação de ideais contra a discriminação no âmbito das relações de gênero. Segundo Gonzalez (1988b).

É inegável que o feminismo como teoria e prática vem desempenhando um papel fundamental em nossas lutas e conquistas e a medida que, ao apresentar nossas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, mas também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher (GONZALEZ, 1988b, p. 13).

Observa-se, porém, um preconceito arraigado sobre quem se autodenomina feminista ou defensor da causa. Como pontua Vergés (2020), quando destaca que nem sempre é fácil se dizer feminista. Sobretudo, se dizer feminista negra se torna ainda mais desafiador. A autodefinição e a autoavaliação, portanto, seria uma questão chave do pensamento feminista negro, visto que é a partir do que se vive,

ou seja “de dentro” que o conhecimento (verdadeiro) poderá ser sistematizado e apropriado (COLLINS, 2016).

É nesse sentido que o feminismo negro sempre existiu. Essa afirmação não é vista de maneira tão clara e evidente como se dispõe aqui, mas é uma verdade estabelecida e que não cabe refutação, visto que a luta pela sobrevivência e por um lugar de fala sempre ocorreu em todas as raças, independentemente do gênero. A luta pelo reconhecimento e até mesmo pela sobrevivência das mulheres negras sempre foi algo que, ao longo da história foi destaque seja relativo à escravidão, ao jugo dos homens, ao trabalho doméstico ou simplesmente à liberdade de escolha.

O tipo de feminismo apresentado aqui (o feminismo negro) sempre foi repleto de preconceitos e estereótipos ao longo da história, mas ao mesmo tempo é permeado pela luta e disseminação de um pensamento contra o patriarcado, o racismo e as marcas de uma colonização (GONZALEZ, 1988). É nesse sentido que o feminismo negro não se identifica com a universalidade feminista, ou seja, com pautas gerais e globais, visto que as especificidades das mulheres negras nunca foram consideradas em nenhum âmbito (RIBEIRO, 2018; VERGÉS, 2020).

Segundo Castro (2019), o feminismo negro está inserido na chamada terceira onda de estudos feministas onde se destaca uma pauta de debates e reivindicações mais amplas, apropriando-se das teorias pós-coloniais (ou decoloniais) e evidenciando a necessidade de se construir as relações de gênero não a partir de uma universalidade, mas de formas mais específicas a depender de onde a mulher está inserida e quais as questões que interessam e marcam as mesmas.

É nesta perspectiva, que a interseccionalidade⁵ (gênero, raça e classe) é um conceito que apresenta o feminismo negro dentro de uma perspectiva de completude, posto que daria visibilidade a uma combinação de opressões (RIBEIRO, 2018). A partir da compreensão dessas características principais acerca do feminismo negro decolonial, a seguir, traremos uma análise mais aprofundada sobre o papel do livro didático no contexto escolar.

⁵ Esse termo foi cunhado em 1989, pela ativista Kimberlé Crenshaw na sua tese de doutorado (RIBEIRO, 2018).

3 - O livro didático e seu lugar na produção e na reprodução do ensino

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) compra e distribui, mediante uma avaliação sistêmica, livros, para todo o país a cada três anos. Os livros didáticos destinados ao Ensino Médio começaram a ser avaliados e distribuídos pelo PNLD em 2004 (MONACO, 2018). A introdução da sociologia no PNLD se deu em 2012 com dois livros, 2015 com seis e em 2018, cinco obras foram aprovadas (ENGERROF; OLIVEIRA, 2018).

Por conta da sistematização do seu uso, os livros didáticos como recursos pedagógicos adentram diversos espaços em todas as regiões geográficas do país. Lugares com cultura e vivências diferenciadas lidam com o mesmo objeto. Assim, o livro tem um impacto sobre os processos educativos e se consolida como um “veículo ideológico e cultural” (MAIA, 2017). O Guia do PNLD 2018 destaca que

Em um país de dimensões tão grandes como o nosso, com contradições sociais explícitas e implícitas, culturais e políticas, não é razoável que percamos a sensibilidade ao elaborar livros didáticos que em muitos casos deixem de adentrar no universo mais profundo desse país, se abstendo de abordar temas mais relacionados às diversas realidades [...] (BRASIL, 2017, p.15).

Os livros didáticos, desse modo, são “universalizados” e as características peculiares de cada âmbito e território não são privilegiadas de forma particularizada. Nesse sentido, quando se tomam as questões culturais como pressupostos, evidencia-se a importância de compreender os livros como sendo “produtos” e “produtores”, em uma dinâmica de interdependência (MEUCCI, 2020).

Essa reprodução que é atributo dos livros didáticos acaba por interferir diretamente no trato com as informações ali dispostas. Daí a necessidade de os livros contemplarem temas diversos e que muitas vezes não estão no bojo das discussões e preferências de quem está no “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019). Ou seja, quem construiu todos os discursos tecidos nos livros didáticos? Quem está em evidência no processo de produção dos materiais didáticos? Será que todos têm a mesma oportunidade de participação nessas produções?

São questionamentos como esses que propiciam uma reflexão sobre a construção de elementos importantes para o currículo como o livro didático no Brasil. Nesse sentido, não é somente determinante para o ensino, no caso o de

sociologia⁶, que os conteúdos estejam presentes nos livros didáticos, mas a ausência de determinadas temáticas cruciais como a questão de gênero, o racismo, poderia então favorecer a reprodução de valores contrários à diversidade cultural e causar desigualdades em vista da reprodução de conceitos equivocados ou simplesmente a falta de representatividade (CASTRO, 2019).

Temos a disseminação de ideais, por ventura, equivocados, pois todos os alunos do Ensino Médio de escolas públicas podem ter acesso a esses materiais. Porém, observa-se no Brasil uma contradição onde

[...] ao mesmo tempo em que o Brasil é um dos países do mundo com mais volume de vendas de livros didáticos, [...] este material por si goza de pouco prestígio social, dando-se pouca atenção tanto na área da educação, quanto na área da sociologia e da história do livro brasileiro (ENGERROF, OLIVEIRA, 2018, p. 216).

Mediante essas características e embora o prestígio social não esteja inserido no contexto, fato é que os livros são os recursos fundamentais das escolas, visto que há um Plano Nacional para isso e a distribuição gratuita dos mesmos.

São portando, “[...] importantes produtos educacionais que legitimam científica e pedagogicamente uma área de ensino, fornecendo linguagem disciplinar, mapeamento de conteúdos e estratégias de avaliação” (MOCELIN, 2021, p. 89).

Uma vez que o currículo escolar e toda sua composição não é neutra ⁷, os livros didáticos participam dessa construção de ideologias e ontologias formando, portanto, redes de relação de poder aptas a dialogar em maior ou menor medida com aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade diversa e respeitosa (MAIA, 2017). Razão pela qual, entender como determinados conteúdos lhes são apresentados, qual o espaço e o tipo de discussão fomentada é tarefa de máxima grandeza, sobretudo quando não se ignora, por exemplo, que “[...] questões relativas à diversidade e, mais especificamente, a debates sobre gênero e sexualidade na educação, nos últimos anos, têm sido cada vez mais objeto de importantes disputas políticas no Brasil” (MONACO, 2018, p. 4).

⁶Seria o ensino de Ciências Sociais já que no Ensino Médio a disciplina abarca a Sociologia, a Antropologia e a ciência Política, porém, a disciplina consta nos documentos formativos pelo nome de sociologia.

⁷ Ver Moreira (2002).

O diálogo com os recursos didáticos disponíveis, nesse caso o livro didático, possibilitará a sistematização dos conhecimentos já neles postos, visto que se trata de um objeto central no processo de ensino de forma que traduz e populariza os conhecimentos das Ciências Sociais (MELO, 2017).

Embora seja fato que o livro possibilita o acesso às informações que são importantes e trazem um rigor científico para a sala de aula

É possível constatar situações diversas na forma como o livro didático é instrumentalizado na escola, sobretudo, na disciplina de Sociologia. Existem casos em que esse recurso é simplesmente ignorado e não utilizado; em outros, é apresentado como material de consulta para que os alunos realizem “pesquisa”; algumas vezes, serve ao uso do próprio professor, que o toma como guia de estudo e planejamento pessoal; outras vezes, o livro é “repartido”, ou seja, usado para cobrir conteúdos aos quais querem dar maior ênfase ou com os quais não possuem maior familiaridade (MOCELIN, 2021, p. 92).

Embora possam existir tais realidades por todo Brasil, não restam dúvidas, que o livro didático exerce uma função fundamental no trabalho docente, muitas vezes definindo o que será ensinado ou mesmo nos “moldes” de como os professores ensinam (MELO, 2017). Nesse sentido, compreender como determinando conteúdo é representado nos livros didáticos, e qual o espaço que ocupa dentro desse contexto, torna-se pertinente.

4- O “lugar” do feminismo negro decolonial nos livros didáticos de Sociologia

Como já fora evidenciado, algumas contribuições foram feitas no âmbito do estudo sobre gênero atrelado às questões raciais nos livros de sociologia do PNLD 2018 como Castro (2019) que realizou uma análise em todas as cinco obras aprovadas destacando a importância de se discutir sobre gênero na sala de aula e Pereira (2019) que analisou apenas o livro “Sociologia para Jovens do Século XXI” sob uma perspectiva também decolonial.

A proposta apresentada aqui difere-se no sentido de realizar um estudo mais específico, tomando o feminismo negro decolonial como objeto de análise. Além disso, a comparação realizada também poderá fornecer elementos de cunho pedagógico e didáticos para o trabalho com o ensino de sociologia nesse âmbito de estudo.

A primeira categorização a ser feita com relação ao conteúdo disposto no livro na etapa de pré-análise e exploração do material (BARDIN, 2011) é a quantidade de páginas e de autores destinadas à exemplificação da temática nas referidas obras.

A obra *Sociologia para jovens do século XXI* possui três páginas onde trata da temática. Este livro apresenta as autoras Heleieth Safioti, Lélia Gonzalez, Djamila Ribeiro e Ângela Davis como debatedoras do feminismo negro decolonial enquanto o livro *Sociologia em Movimento* possui quatro, faz uso de Bell Hooks e Lélia Gonzalez para discutir a temática.

4.1 Sociologia para jovens do século XXI

O Guia do PNL D 2018 destaca que o livro *Sociologia para jovens do século XXI*, de Oliveira e Costa (2016) possui 400 páginas no livro do estudante e 111 no manual do professor. Está dividido em 3 unidades, com 24 capítulos e se difere dos demais como pontua Pereira (2019), pela presença de dois capítulos exclusivos voltados ao debate sobre gênero localizados na Unidade 3. O capítulo 22 que se intitula “Lugar de mulher é onde ela quiser? Relações de gênero e dominação masculina no mundo de hoje”, possui sete subseções e 20 páginas e o capítulo 23 “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é. Debatendo a diversidade sexual e de gênero” com nove subseções e 15 páginas.

O capítulo 22 é precedido por outro no qual debate-se a questão do racismo e as discussões feitas anteriormente contribuem para o desenvolvimento das que vem a seguir, sobretudo no que tange a temática do feminismo negro decolonial. Segundo Gonzalez (1988c) foi através do racismo que se estabeleceu a hierarquia racial e cultural onde a superioridade branca ocidental foi imposta e a “inferioridade negroafricana” se estabeleceu.

No início do capítulo 22 discute-se o conceito de gênero a partir de entendimentos puramente biológicos, embora a discussão pretenda se ancorar nos pressupostos teóricos de Blum (1997) e Scott (1989).

A discussão sobre o feminismo negro tem início com a apresentação da história da filósofa e antropóloga Lélia Gonzalez, destacando a sua participação na luta pela redemocratização da sociedade brasileira e o seu envolvimento como militante contra o racismo e a violência contra mulheres negras e índias no Brasil.

Os autores salientam que a militância de Lélia Gonzalez marcou os anos 90 no Brasil, dando nome ao que ficou conhecido como feminismo negro, embora tal vertente já fosse abordada nos Estados Unidos há muito mais tempo. A filósofa Ângela Davis fez parte do grupo “Panteras Negras”, um movimento de orientação socialista que lutou pela defesa dos direitos dos negros e também foi ativa politicamente, destacando-se na década de 1960 como integrante de partido político (comunista) e candidata à vice-presidência daquele país além de ter feito parte.

Apresentando uma crítica às concepções das feministas da denominada “terceira onda” e destacando a importância das formulações da filósofa Judith Butler, os autores citam a filósofa feminista Djamila Ribeiro, evidenciando a importância de “desconstruir” as teorias feministas que não levam em consideração as questões singulares das mulheres atingidas diretamente pelas questões raciais. Destacam que “o movimento feminista não levou em consideração as sobreposições das desigualdades, pois gênero, raça e classe social se combinam de um modo muito cruel na vida de algumas mulheres” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 347).

[...] o feminismo negro pretende mostrar que a mulher negra sofre formas de opressão que não se reduzem às sofridas por mulheres brancas ou pelos homens. A África possui as civilizações mais antigas no mundo, e por mais que a palavra feminismo não seja de origem africana, o seu conceito de oposição ao patriarcado e a razão de ser do feminismo sempre estiveram presentes nesse continente (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 347).

A desigualdade social brasileira é apresentada pelos autores como sendo também um fator crucial que envolve diretamente a questão racial. Nenhum dado oficial é apresentado, porém eles destacam que nos dias atuais, essas diferenças são agravadas pelas questões raciais elevando a pobreza no país onde a maior parte dos que padecem por esses fatores são negros e, sobretudo mulheres negras. Somente mais à frente, na página 352, os autores mostram através de dados do Mapa da Violência que, em 2015, houve um aumento de 190,9% de assassinatos de mulheres e meninas negras no período 2003-2013 (OLIVEIRA; COSTA, 2016).

Finalizando a abordagem sobre feminismo negro, os autores destacam, através de uma imagem, a “Marcha das Mulheres Negras” realizada em Brasília no dia 18 de novembro de 2015 e terminam dizendo que os movimentos feministas em todas as suas vertentes foram muito importantes para o desenvolvimento da “autonomia” das mulheres.

O livro de Oliveira e Costa (2016) não faz referência ao processo de colonização como marco histórico importante para a desumanização da mulher negra. Os termos “eurocêntrico” e “patriarcado” são utilizados durante a contextualização da temática, evidenciando que os escritos se baseiam numa perspectiva decolonial, porém não explorada de maneira mais aprofundada e dialógica com a questão do feminismo negro. O capítulo termina com uma fotografia da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie que é “[...] uma das personalidades africanas atuais que mais contribui para a divulgação da luta das mulheres e da literatura africana contemporânea” (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 353).

A parte das atividades do capítulo 22, chamada “Interatividade”, indica o documentário “25 de Julho – O Feminismo Negro contado em primeira pessoa”. Os autores destacam que a obra discute o racismo a partir da invisibilidade do dia 25 de julho, Dia da Mulher Afro- -Latino-Americana e Caribenha, que foi criado em 1992, após o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 357).

A partir do capítulo 23, as discussões sobre o feminismo negro desaparecem, o que revela uma dificuldade da obra em inter-relacionar os temas abordados.

4.2- ***“Sociologia em movimento”***

Iniciando a análise da obra a partir das observações contidas no Guia do PNLD 2018, O manual do professor conta com 110 páginas e o livro possui 399 páginas contendo seis unidades, sendo que cada uma compreende dois ou três capítulos, totalizando 15 capítulos (BRASIL, 2017).

Na sexta e última unidade intitulada de “A vida nas cidades do século XXI – questões centrais de uma sociedade em construção”, mais especificamente no capítulo 14, as questões de gênero são abordadas. Observa-se que o capítulo “Gêneros, sexualidades e identidades” desde o início, termos como interseccionalidade, raça e classe estão presentes na obra, o que poderia sinalizar a adoção de uma abordagem decolonial às questões de gênero.

O capítulo 14 foi eleito para a abordagem da temática e, logo no início apresenta o que se espera do aluno: a compreensão das questões de gênero, suas

inter-relações e interseccionalidades. Para os autores o capítulo intenciona “[...] ampliar o diálogo e a compreensão sobre as chamadas questões de gênero, que vêm sendo marcadas por violência e intolerância em relação às pessoas que não se inserem nos padrões (SILVA, *et. al*, 2016, p. 330).

Como no livro *Sociologia para jovens no século XXI*, nas páginas 330 e 331 há uma linha do tempo que pretende alocar o feminismo como um movimento que teve sua origem em 1942. A cronologia vai até 2015 e busca destacar os fatos mais importantes e as lutas ocorridas nesses períodos. Em nenhum ano do percurso da linha do tempo existe alguma referência às lutas das feministas negras nem no Brasil, nem no mundo.

Ao lado dos textos que são apresentados no capítulo, seguem-se sugestões de filmes, vídeos ou páginas da internet que possuem relação com a temática. Na página 335, os autores sugerem a pesquisa e o aprofundamento do conhecimento no site www.geledes.org.br, dizendo que se trata de um “[...] site que apresenta textos, debates e informações que remetem aos temas gênero e raça em questões sobre saúde, mercado de trabalho, violência, pré-conceito e discriminação” (SILVA, *et. al*, 2016, p. 330).

Subsequente à apresentação da linha do tempo, os autores fazem diversos questionamentos acerca de alguns “padrões” que a sociedade impõe

[...] será que nos encaixamos em todos os padrões da sociedade considerados ‘corretos’? Será que nos inserimos nos padrões de beleza, de consumo, de estética? Temos os empregos que são considerados melhores? Temos uma família ideal? [...] porque tomar como referência apenas um único modo de vida, um padrão de beleza, de família, de orientação sexual? [...] (SILVA, *et. al*, 2016, p. 331).

Todos esses questionamentos instigam e provocam os estudantes a refletirem sobre as suas próprias ações em sociedade e a desenvolverem também um senso crítico sobre as ações dos demais sujeitos, bem como desmistificar as condições que são impostas no meio social com o intuito de moldar as ações individuais e coletivas, acabando por formar estereótipos e desenvolver estigmas e preconceitos.

O tópico 3, na página 335, trás uma discussão sobre o patriarcado e suas formas de dominação. Destaca-se que segundo as teorias feministas “[...] o patriarcado é um sistema de poder análogo ao escravismo por submeter as mulheres aos homens e legitimar o poder masculino [...]” (SILVA, *et. al*, 2016, p. 335). Os

autores dialogaram associando tais considerações ao contexto de apresentação do feminismo negro, visto que o sistema do patriarcado e o processo escravocrata foram importantes eventos históricos de submissão da mulher negra no nosso país. A discussão é importante para reconhecer as eternas contradições que se difundiram na sociedade brasileira acerca das desigualdades sociais que as mulheres negras sempre sofreram, mas que são esquecidas, evento que Gonzalez denominou como “racismo por omissão” (GONZALEZ, 1988b).

Após uma profunda discussão sobre a questão da mulher e as relações de trabalho, somente no tópico 5, intitulado de “Interseccionalidades: raça, classe e gênero” é que as discussões sobre o feminismo negro são novamente trazidas. Alguns questionamentos iniciais e pertinentes são apresentados para iniciar e fundamentar as discussões

Mas, afinal, existem padrões ou estruturas válidas para todas as culturas que permitam falar em uma identidade feminina ou em uma opressão masculina universal? As mulheres passam pelas mesmas experiências de violência e são igualmente subjugadas apenas por serem mulheres? (SILVA, *et. al*, 2016, p. 340).

Novamente os autores agregam questionamentos instigantes para iniciar os debates sobre determinadas temáticas. Essa característica do material analisado mostra uma questão curiosa sobre o livro: será que o fato de todos os autores à época estar em sala de aula conduz a formação de perguntas motivadoras no decorrer do texto?

Embora esse seja um fator curioso e que pode ser fundamento para tal metodologia adotada, a questão primordial é que as perguntas feitas ao longo do texto desempenham um papel de ligação entre o que é apresentado em sequência. Assim, os autores destacam que as feministas negras no final da década de 1970 criticaram radicalmente o feminismo branco, de classe média e heteronormativo⁸, pois as lutas sociais deveriam considerar as diferentes identidades, as interseções de raça, de gênero, de classe e de sexualidades (SILVA, *et. al*, 2016, p. 340).

Tais questões conferem o alicerce necessário para a apresentação do conceito de interseccionalidade, que no dizer dos autores:

⁸ Termo utilizado para se referenciar a um padrão de comportamento heterossexual e desconsiderando as demais e somente aceitando a dualidade “macho e fêmea” ((SILVA, *et. al*, 2016)

[...] percebe as diferenças de gênero, raça, classe e orientação sexual de forma integrada, considerando suas interações na realidade social e tendo a preocupação de não hierarquizar as diversas formas de opressão. Analisar as diferenças entre homens e mulheres, por exemplo, mostrou-se insuficiente por não se observarem as diversidades específicas que existem entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras (SILVA, *et. al*, 2016, p. 340).

Após a apresentação do conceito, os autores aprofundam suas análises questionando a exploração da mulher negra pela mulher branca e lembram Gonzalez (1988b) que destacava em seus escritos, como isso poderia ter sido “esquecido” ao longo da história? Afirmando que a questão social da mulher negra também precisa ser vista em função de uma relação desigual quando comparadas às brancas

De forma semelhante ao que foi apresentado no livro anteriormente analisado, uma imagem da “Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver em Brasília (DF, 2015)” é evidenciada no livro e uma legenda enuncia que se trata de uma reivindicação pela “[...] constituição de políticas públicas que atendam às demandas de interseccionalidade” (SILVA, *et. al*, 2016, p. 341).

Destaca-se em seguida, os escritos da feminista negra estadunidense “bell hooks”⁹ que foi influenciada diretamente por Ângela Davis. Logo após a contribuição da socióloga brasileira Lélia Gonzalez é trazida para contribuir com o debate sobre interseccionalidade (SILVA, *et. al*, 2016, p. 341). Gonzalez fundamenta seus escritos a partir das experiências da mulher afro-americana que ela denomina de “amefricana”. Além disso, os autores também lembram a participação da Lélia Gonzalez na fundação do Movimento Negro Unificado.

A socióloga apontou os limites do conceito de patriarcado, que, embora seja importante para explicar a dominação masculina, não inclui a questão racial como parte do sistema de opressões que coloca em um lugar específico a mulher negra [...] e indígena, que se encontra em situação análoga à das mulheres negras no sistema colonial capitalista e patriarcal (SILVA, *et. al*, 2016, p. 342).

As discussões sobre os pressupostos teóricos e a biografia da Lélia Gonzalez encerra o tópico 5. O tópico 6, intitulado “Identidade de gênero: sua instabilidade” apresenta os estudos pós-coloniais, dizendo que já nas últimas décadas do século

⁹ Trata-se de Glória Jean Watkins, cujo pseudônimo adotado, “bell hooks”, é utilizado com escrita (ou grafia) minúscula. (SILVA, *et al*, 2016)

eles ofereceram uma grande contribuição para as discussões acerca da identidade de gênero. Esse fator merece um destaque, posto que o “feminismo negro, decolonial” discute justamente as questões ligadas à raça, ao gênero e à classe, mas também sobre a importância de combater todos os equívocos e preconceitos arreigados desde a sociedade colonial.

Após todas as discussões travadas sobre identidade de gênero e “sexualidade”, o tópico 7, referente aos movimentos sociais e ao feminismo, os autores trazem um relato sobre a consolidação das vertentes do feminismo negro e decolonial (ou pós-colonial como é tratado no texto) e sobre o que realmente ele se propõe

O feminismo negro e pós-colonial ressalta a luta das mulheres tornadas invisíveis pelo feminismo branco: as lutas anticoloniais na Ásia, nas Américas e na África, assim como as lutas operárias das quais as mulheres foram protagonistas. Esse feminismo muitas vezes se alinhou ao socialismo, ao marxismo e aos movimentos revolucionários, mas também encaminhou lutas para a conquista de direitos civis, principalmente. (SILVA, *et. al.*, 2016, p. 349).

As elucidações produzidas nesse livro acerca do feminismo negro se encontram contextualizadas no interior da obra, visto que há uma “retomada” da temática de acordo com o contexto que se está evidenciado, denotando a importância do movimento e sua ligação com toda a construção histórica decolonial.

Para finalizar a análise sobre o material, nos debruçamos a compreender também a parte da metodologia evidenciada nas atividades propostas. A temática somente é colocada em evidência nas páginas de atividades em um item no tópico “Reflexão e revisão” na questão 4 onde esta solicita uma explicação sobre “o porquê” de as questões de gênero não serem desvinculadas das questões raciais e de classe.

Considerações finais

A partir da análise realizada, bem como as contextualizações teóricas feitas sobre a utilização dos livros didáticos e o feminismo negro, decolonial, torna-se evidente a pertinência dessa temática no âmbito do ensino da sociologia.

Observando os livros didáticos analisados e primeiramente trazendo similaridades sobre as obras, destacamos a citação em conjunto de duas autoras que serviram de suporte para a apresentação do feminismo negro como vertente teórica e prática em regiões diferentes do mundo: Nos Estados Unidos, Angela Davis e no

Brasil, a Lélia Gonzalez. Torna-se notória a relevância dessas autoras na luta pela consolidação dos direitos das mulheres negras.

No livro “Sociologia para Jovens do Século XXI” (OLIVEIRA; COSTA, 2016), os autores utilizam como referência, além das autoras citadas, um enxerto de uma obra da filósofa e ativista Djamila Ribeiro onde, mediante uma explicação sobre a “terceira onda” do feminismo, destaca a importância da luta contra a exclusão e a universalização da categoria mulher.

Apesar de essa obra contar com dois capítulos específicos sobre as questões de gênero com um total de 36 páginas, em apenas três páginas no primeiro capítulo, há a referência sobre o feminismo negro. As questões relativas, por exemplo, aos estudos sobre a interseccionalidade não são evidenciadas.

Nesse sentido, não há uma contextualização do tema no decorrer da obra. Ou seja, não se retoma as discussões em outros âmbitos relativos às questões de gênero. O feminismo negro e todos os seus pressupostos teóricos ligados à classe, raça, desigualdade social, podem servir de substrato teórico e prático no âmbito de diversos conteúdos.

Ainda evidenciando as características dessa obra e com relação à parte correspondentes às atividades práticas de aprendizagem como exercícios e enquetes, não há, dentre as questões elaboradas, nenhum questionamento direto sobre o contexto estudado do feminismo negro. Há um questionamento onde se solicita uma explicação das ondas do feminismo e uma sugestão de um documentário sobre o movimento feminista negro.

O livro “Sociologia em Movimento” (SILVA, *et. al*, 2016) diferencia-se, pelo fato da temática do feminismo negro ser desenvolvida no decorrer de capítulo específico que trata sobre gênero, de forma mais contextualizada. No entanto, não há uma delimitação de espaço para abordagem do conteúdo e ele é retomado em diversos momentos no decorrer do texto, associando-se às demais questões vinculadas às discussões de gênero.

Essa obra possui apenas um capítulo que trás elucidções sobre as questões de gênero, com 7 tópicos e 28 páginas. Dessas, a temática em destaque se faz presente de forma contextualizada em média, em 7 páginas. Questões como a identidade de gênero ou os movimentos sociais são também associadas às pautas de

feministas negras no decorrer do conteúdo no livro didático e o tópico 5 “Interseccionalidades: raça, classe e gênero” se destaca com a apresentação de conteúdo específico sobre o feminismo negro, decolonial.

Uma diferenciação no campo das autoras feministas se dá pela apresentação da “bell hooks” como uma importante contribuição no campo do estudo da interseccionalidade, destacando a influência direta da Angela Davis nos seus escritos.

Com relação às atividades propostas nesse livro, destaca-se uma pergunta sobre a influência da raça e da classe nas questões de gênero fazendo uma alusão direta ao feminismo negro, aos moldes coloniais.

Embora o livro “Sociologia em Movimento” (SILVA, *et. al*, 2016) apresente apenas um capítulo sobre as questões de gênero, mas mediante a sistematização de variados tópicos consegue contextualizar e dinamizar a temática em suas variadas vertentes , trazendo o debate pós-colonial para mostrar como a escravização e o patriarcado foram importantes instrumentos de exclusão e desumanização da mulher negra, contribuindo para a manutenção de discursos e práticas opressoras ao longo da história.

Apesar de o livro “Sociologia para Jovens do Século XXI” (OLIVEIRA, COSTA, 2016) não realizar uma contextualização maior sobre a temática, seus escritos contribuem de forma direta para elucidações acerca dessa temática tão cara aos estudos nas ciências sociais e mais especificamente na sociologia.

As elucidações e evidências apresentadas demonstram qual é o espaço e o lugar do feminismo negro nas pautas didáticas do ensino de Sociologia, ao menos a partir do livro didático, deixando claro que muito ainda precisa ser construído no que diz respeito à temática, mas que também avanços já ocorreram e são perceptíveis no que se refere ao trabalho com o tema e na possibilidade da formação de novas perspectivas educacionais.

Por fim, salientamos que apesar das alterações oriundas do contexto das transformações curriculares estabelecidas pela Lei nº 13.415/2017, que reformula o ensino médio, e das mudanças no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) que resultam com que os livros didáticos possuem outras propostas e ocasionam outros efeitos. No entanto, o presente artigo apresenta aos

pesquisadores do subcampo do ensino de Sociologia uma nova agenda de pesquisa. Levando em consideração que as evidências demonstram uma abordagem insuficiente do feminismo negro decolonial nos livros didáticos, o que pode ser feito nos próximos livros? Valeria também aprofundar a questão de a Sociologia estar dissolvida na área das Ciências Humanas: isso ajudaria ou prejudicaria um estudo interseccional de gênero e raça? Tais questões podem ser investigadas em outras publicações contribuindo com o das pesquisas acerca da Sociologia escolar.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Silvia Maria de; BRIDI, Benilde Lenzi Motim. *Sociologia*. São Paulo: Scipione, 2016.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.11, p. 89-117, 2013.

BODART, Cristiano das Neves; SOUZA, Ewerton Diego. Os manuais de Sociologia Educacional nos anos de 1940: contexto de produção, autores, estruturas didáticas e perspectivas teóricas. *Em Tese*, Florianópolis, v. 16, p. 40-67, 2019.

BOMENY, Helena, *et al.* *Tempos modernos, Tempos de Sociologia*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasil, 2016.

BRASIL. *Guia de livros Didáticos: PNLD 2018*. Apresentação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017.

CASTRO, Caroline Souza. O gênero como conteúdo escolar da Sociologia: uma análise dos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2018. *Perspectiva Sociológica: A Revista de Professores de Sociologia*, v. 24, p. 33-50, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31 n. 1, jan./ abr., 2016.

CRENSHAW, Kimberle. A construção jurídica da igualdade e da diferença. DORA, Denise Dourado. *Igualdade e diferença na justiça*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENGERROFF, Ana Martina Baron; OLIVEIRA, Amurabi. Os sentidos da Sociologia Escolar nos Livros didáticos no Brasil. *Repocs*. v.30, n.15, jul./dez. 2018.

GONÇALVES, Josimere Serrão; RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Colonialidade de Gênero: O Feminismo Decolonial de María Lugones. *VIII Seminário Gênero, Corpo E Sexualidade*, Universidade Federal do Rio Grande, 2018.

GONZALEZ, Lélia. “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”. *Raça e Classe*, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988a.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afrolatinoamericano”. *Revista Isis Internacional, Santiago*, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82. 1988c,

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, Igor José de Renó et al. *Sociologia hoje*. São Paulo: Ática, 2013

MAIA, Cristina. Investigação qualitativa e métodos mistos em Manuais Escolares: um estudo comparativo europeu. In: *Atas Investigação Qualitativa em Educação* do 6.º Congresso Ibero-Americano em Investigación Cualitativa. p. 1672-1681. 2017.

MELO, Valci. Os livros didáticos de Sociologia e os sentidos do ensino de Ciências Sociais na Educação Básica. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, v. 1, n.1, p. 109-130, 2017.

MEUCCI, Simone. Os livros didáticos da perspectiva da Sociologia do Conhecimento: Uma proposição teórico-metodológica. *Revista Brasileira de História da Educação*, v.20, 2020.

MOCELIN, Daniel Gustavo. O livro didático pelos professores: uso e aplicação nas aulas de Sociologia em Porto Alegre. *Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais*, p. 88-114, 2021.

MONACO, Helena Motta, et al. *Livro didático em contexto de disputas: gênero e sexualidade no livro sociologia em movimento*. 31ª Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília/DF. Dez., 2018.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs). *Currículo, cultura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; COSTA, Ricardo Cesar Rocha. *Sociologia para jovens do século XXI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

PEREIRA, Marcia Menezes Thomaz. Gênero e currículo: olhares do feminismo negro e decolonial sobre um livro didático de Sociologia. *Em Tese*, v. 16, n. 1, p. 143-167, 2019.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latino-americanas*. Edgardo Landier (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p.227-278, set., 2005.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *Revista internacional de direitos humanos*, v. 13, n. 24, p. 99-104, 2016.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* Editora Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Afrânio, *et al.* *Sociologia em movimento*. 2ª edição. São Paulo: Editora Moderna, 2016.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. Ubu Editora, 2020.

Recebido em: 22 abril de 2022.

Aceito em: 21 de agosto de 2022.